

A Terra está infeliz com a catástrofe climática capitalista I Carta semanal 49 (2025)



Nazgol Ansarinia (Irã), *Substâncias dissolventes*, 2020.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Durante as sessões plenárias de encerramento da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém do Pará, na Amazônia brasileira, o Secretário Executivo para Mudanças Climáticas das Nações Unidas, Simon Stiell, fez um **discurso** inspirador. Stiell, natural de Granada, chegou ao cargo após uma longa carreira no setor corporativo e, posteriormente, como Ministro do Meio Ambiente e Resiliência Climática de seu país, durante o governo do Partido Novo Nacional, de tendência pró-empresarial. Em seu discurso, afirmou que “a negação, a divisão e a geopolítica desferiram duros golpes na cooperação internacional este ano”. Ainda assim, insistiu que “a cooperação climática está viva e forte, mantendo a humanidade na luta por um planeta habitável, com a firme determinação de manter o limite de 1,5°C ao nosso alcance”. Ao ouvir o discurso de Stiell, pensei que ele

estivesse falando de outro planeta.

Em maio de 2025, a Organização Meteorológica Mundial divulgou um **relatório** alertando que há 86% de chance da temperatura média global ultrapassar 1,5°C acima da média pré-industrial (1850-1900) – o limite estabelecido no Acordo de Paris em 2015 – em pelo menos um ano entre 2025 e 2029; o relatório também alerta para uma probabilidade de 70% de que a média quinquenal de 2025-2029 ultrapasse 1,5°C. No final de outubro de 2025, poucas semanas antes da COP30, o Instituto Americano de Ciências Biológicas publicou o **relatório** *Estado do Clima 2025: um planeta à beira do abismo*, que constatou que “o ano de 2024 estabeleceu um novo recorde de temperatura média global da superfície, sinalizando uma escalada das mudanças climáticas” e que “22 dos 34 indicadores vitais do planeta estão em níveis recordes”. Para ser justo com Stiell, ele não insinuou que se deva baixar a guarda. “Não estou dizendo que estamos vencendo a luta climática”, disse. “Mas inegavelmente ainda estamos nela e estamos lutando”.

Sobre isso, concordamos.



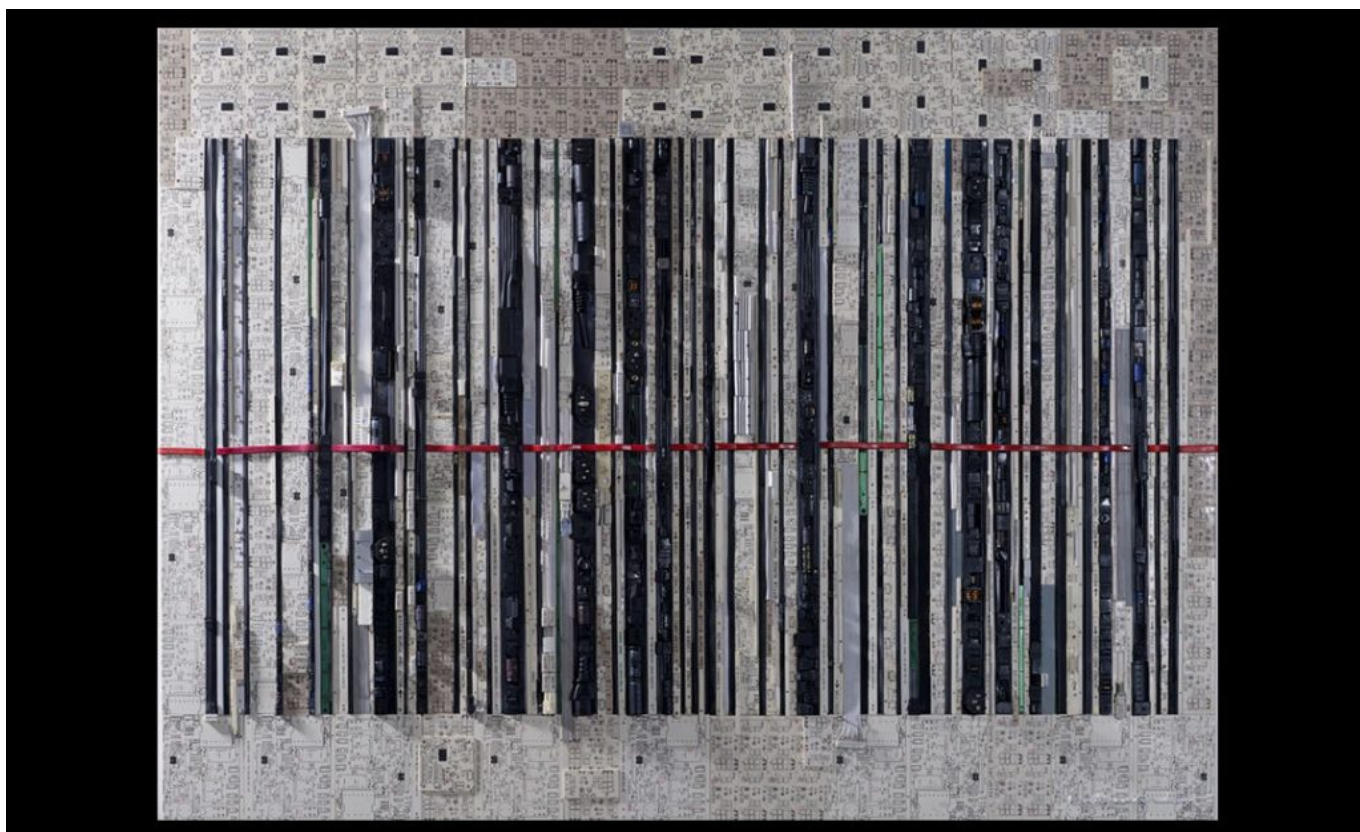
Su Yu (China), *Derretimento de Iceberg*, 2022.

Naquele mesmo mês, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) publicou um **relatório** alarmante intitulado *Relatório sobre a lacuna de adaptação 2025: rodando na reserva*. O relatório retrata não apenas a insuficiência de financiamento climático por parte do Norte Global, mas também o abandono sistemático do Sul Global; descreve um mundo “preparando-se para a resiliência climática – sem o dinheiro necessário para isso”. A questão financeira é crucial. As promessas de financiamento para a transição climática

surgiram inicialmente na COP3 (Quioto, 1997), por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e posteriormente na COP7 (Marrakech, 2001), pelo Fundo para os Países Menos Desenvolvidos e do Fundo Especial para as Mudanças Climáticas. Mas o momento decisivo ocorreu na COP15 (Copenhague, 2009), quando os países ricos do Norte se comprometeram a mobilizar 100 bilhões de dólares por ano em financiamento climático para os países em desenvolvimento até 2020. Mesmo as promessas de Copenhague eram vazias: não havia nenhuma obrigação contratual para que as nações mais ricas cumprissem essa meta, nenhum mecanismo de fiscalização para forçar aqueles que fizeram promessas a cumpri-las, e a maior parte do dinheiro prometido veio na forma de empréstimos e não de doações.

A promessa de 100 bilhões de dólares por ano feita em Copenhague foi reafirmada na COP21 (Paris, 2015) e estendida até 2025. Na COP26 (Glasgow, 2021), as nações mais ricas admitiram que não haviam cumprido suas metas e reafirmaram seu compromisso com os 100 bilhões por ano. O relatório do Pnuma apresenta um relato contundente dos compromissos não cumpridos e das declarações falsas. Três pontos são essenciais para a compreensão:

1. Os países em desenvolvimento precisarão de 310 bilhões a 365 bilhões de dólares por ano até 2035 apenas para adaptação climática (excluindo mitigação, perdas e danos). Se considerarmos uma inflação de 3% ao ano, as necessidades reais de adaptação chegarão entre 440 bilhões e 520 bilhões de dólares anualmente até 2035.
2. Em 2023, o fluxo de financiamento para adaptação de países desenvolvidos para países em desenvolvimento foi de apenas 26 bilhões de dólares, menos do que em 2022, e 58% desse dinheiro veio por meio de instrumentos de dívida e não por meio de doações – uma espécie de ajuste estrutural verde. Os países menos responsáveis pela catástrofe climática são justamente os que se veem obrigados a recorrer a empréstimos para lidar com o impacto dos desastres iminentes.
3. Segundo um cálculo simples, as necessidades são de doze a quatorze vezes maiores que os fluxos atuais, gerando uma lacuna de financiamento para adaptação de 284 bilhões a 339 bilhões de dólares por ano.



Nor Tijan Firdaus (Malásia), *Basta escanear*, 2021.

Uma das grandes tragédias de todo o debate em torno da catástrofe climática é que 172 países – em sua maioria, as nações mais pobres – já desenvolveram planos, políticas e estratégias nacionais de adaptação. Mas, como aponta o relatório do Pnuma, um quinto desses planos está desatualizado devido a estruturas institucionais frágeis, capacidade técnica limitada, falta de acesso a dados climáticos e financiamento imprevisível e atrasado. Para as nações mais pobres, o obstáculo é menos a apatia política que a escassez de recursos. Mesmo quando tentam se preparar para o pior, não conseguem garantir os recursos necessários para realizar o trabalho adequadamente. Esse subfinanciamento crônico reduz todo o processo a um ritual vazio: documentos são produzidos para manter a condescendência .

À medida que a dívida climática é colocada em discussão, alega-se que o financiamento verde atrairá capital privado. Mas isso também é um mito. O relatório do Pnuma mostra que o investimento do setor privado em adaptação é inferior a 5 bilhões de dólares e que, mesmo no melhor cenário, o capital privado não levantará mais de 50 bilhões por ano para adaptação (muito menos do que o necessário). Na prática, os financiadores privados só entram em projetos de adaptação quando fundos públicos são usados para garantir ou subsidiar seus retornos – os chamados mecanismos de “financiamento inovador” ou “financiamento misto” concebidos para “reduzir o risco” do investimento privado. Assim, no final, o custo é arcado pelos cofres das nações mais pobres, cujos governos efetivamente garantem o dinheiro que tomam emprestado para financiar projetos de adaptação que os investidores privados consideram muito arriscados sem tais garantias. Como argumentamos no dossiê n. 93 (outubro de 2025), *A crise ambiental é uma crise capitalista*, ao invés de resolver, esse modelo de financiamento verde consolida a dívida climática devida ao Sul Global.



Tapas Das (Índia), *Vida sufocada*, 2021.

Este ano, membros do nosso instituto foram a Belém para a COP30. Participaram da Cúpula dos Povos Rumo à COP30 – realizada de 12 a 16 de novembro de 2025 para confrontar a conferência oficial – na qual compartilharam as conclusões do dossiê n. 93. Após a cúpula – que reuniu mais de 25 mil participantes e mais de 1.200 organizações – nosso escritório na América Latina solicitou a Bárbara Loureiro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que escrevesse para o **Boletim Nuestra América** sobre a COP30. Em sua carta, ela disse que o “general invisível” dos trabalhos era o agronegócio brasileiro, que buscava maquiar suas práticas, ampliar seu acesso a recursos públicos e desviar o debate da mitigação para a reformulação da imagem da empresa.

Acompanhar os procedimentos dentro do salão da COP oficial levanta uma questão simples: vale a pena participar do processo ou devemos simplesmente deixar o regime da COP morrer? Existem três razões principais pelas quais é importante continuar a participar desse processo:

1. A COP proporciona um palco global onde os países do Sul podem exigir reparações, financiamento para perdas e danos e apoio à adaptação. É na COP que se pode argumentar contra o financiamento climático por meio de dívida e contra metas voluntárias. A COP não é um local de salvação, mas ainda pode ser um local de luta.
2. A COP permite que o Sul Global mantenha o princípio das “responsabilidades comuns, porém

diferenciadas”, estabelecido na **Declaração do Rio**, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992).

3. A COP força os Estados ricos a negociarem abertamente, em vez de se refugiarem em salas reservadas, em que a governança climática seria totalmente assumida pelo capital privado e pela informalidade dos ricos. A luta sobre o significado do financiamento climático (seja como dívida ou como reparações) pode permanecer aberta.

Após a COP30, perguntei a Asad Rehman, da organização Amigos da Terra, por que ele achava que valia a pena lutar nas ruas fora dos corredores da COP. Para Asad, a primeira batalha é convencer o movimento climático de que a luta não se resume ao uso de combustíveis fósseis, mas sim a uma crise em nossas economias e sociedades, que precisa ser transformada. Ao mesmo tempo, disse que “há, na verdade, alguma esperança”. Isso porque o movimento climático afirma que o problema não é a falta de financiamento, mas sim a falta de vontade política. O financiamento está disponível (como argumenta a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em um novo relatório, *Todos os caminhos levam à reforma: um sistema financeiro capaz de mobilizar 1,3 Trilhão de dólares para o financiamento climático*). Enquanto a COP30 acontecia, havia uma **reunião em Nairóbi**, no Quênia, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional, onde os países mais ricos bloquearam o progresso em relação a um imposto corporativo justo que faria os poluidores pagarem pelos danos ambientais que causam. Se implementado, tal imposto poderia arrecadar 500 bilhões de dólares por ano, um bom começo para as reparações climáticas. No entanto, enquanto o Norte Global insiste que não há dinheiro para o financiamento climático, os países da Otan concordam em aumentar os gastos militares para 5% do PIB – mesmo havendo evidências claras de que o militarismo é um dos **principais impulsionadores** das emissões de gases de efeito estufa. “Ver o movimento climático defendendo o cancelamento da dívida, os impostos sobre a riqueza e a reforma das regras comerciais é um passo positivo”, disse Asad. “Agora, o movimento climático está começando a entender que esta é uma questão econômica. Esta é uma mudança de paradigma”.



Joan Miró (Espanha), *A fazenda*, 1921-1922.

No boletim Nuestra América, Loureiro, do MST, descreveu a COP30 como um espelho de duas faces: “de um lado, a celebração das chamadas ‘soluções de mercado’ e da descarbonização financeira; do outro (...) a crescente força do movimento popular, que fez de Belém um território de denúncia, solidariedade internacionalista e construção de alternativas reais”. Em sua conclusão, ela nos convida a entender a catástrofe climática como um espaço de luta de classes, que só pode ser superado para além do capitalismo:

Não há saída real para a crise climática sem uma ruptura com o modelo capitalista, e não há ruptura possível sem organização popular, sem luta coletiva e sem confrontar as estruturas que lucram com a devastação.

Cordialmente,

Vijay